



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 0735/04	DATA: 2/6/2004
INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 16h27min	DURAÇÃO: 01h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h16min	PÁGINAS: 17	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ FILHO - Representante da Associação Bahiana de Imprensa.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Declaro abertos os trabalhos da 26ª reunião. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Luiz Couto. Em discussão a ata. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada. Expediente. Foram distribuídas cópias das sínteses das correspondências recebidas, as quais se encontram à disposição dos senhores membros na Secretaria da Comissão. Ordem do Dia. Audiência pública com os convidados Edson Sá Rocha, Secretário de Segurança Pública da Bahia, que foi cancelada, e Agostinho José Muniz Filho, representante da Associação Baiana de Imprensa — ABI. Quero informar que o Sr. Edson Sá Rocha, Secretário de Segurança Pública da Bahia, informou que estava impossibilitado de participar da presente reunião por questões de saúde em sua família. Foi agendada nova data para ouvi-lo. Solicito ao Sr. Agostinho José Muniz Filho que tome assento à Mesa. (*Pausa.*) Passo a palavra ao nobre convidado, por até 20 minutos, para que os Srs. Deputados possam, em seguida, fazer suas perguntas. Tem a palavra V.Exa.

**O SR. AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ FILHO** - Exmo. Sr. Deputado Bosco Costa, Presidente desta Comissão, demais Deputados integrantes da Comissão, eu queria fazer uma saudação especial de agradecimento ao Deputado Luiz Alberto, pela sugestão do nome da Associação Baiana de Imprensa para apresentar um relatório, e também saudar a todos os presentes. Este relatório que a ABI vai apresentar aqui de forma sucinta, ele vem sendo preparado desde 1996, quando na Bahia constatou-se que, a cada 6 meses, estava sendo assassinado um jornalista ou trabalhador em comunicação social, envolvendo também os radialistas, além de proprietários de pequenos veículos de comunicação no interior, sobretudo de pequenas emissoras de rádio. Nós ficamos estarecidos com aquela onda de violência contra a imprensa na Bahia. Sofríamos, já anterior a essa data de 1996, com uma repressão muito forte, repressão que se manifestava de várias formas, mas assassinato mesmo, alguns até com requintes mesmo de violência, ficaram



bem acentuados a partir do ano de 1996, quando então a Associação Baiana de Imprensa, junto com o Sindicato dos Radialistas e o Sindicato dos Jornalistas da Bahia, constituíram uma comissão para defesa da liberdade de imprensa na Bahia. O relato que faço é o seguinte. Na Bahia, a violência contra a liberdade de imprensa tomou uma dimensão tão grande, comparando-se a situação com o restante do País, que o problema teve de ser enfrentado por entidades nacionais e internacionais, para que se conseguisse conter uma insuportável onda de assassinatos. Entre os anos de 91 e 98, foram assassinados 10 trabalhadores em comunicação social no interior do Estado, incluindo proprietários de pequenos jornais, enquanto cresciam outras formas de violência, tentativas e ameaças, com a intenção de se impedir a livre informação social, sobretudo denúncias contra o poder dominante. No período mais crucial dessa criminalidade, no qual se pode tomar como base o ano de 1996, a cada 6 meses estava sendo assassinado um jornalista. Ao perceberem a gravidade dessa situação, as entidades baianas da área de comunicação social, sob a coordenação da ABI, junto com o Sindicato dos Jornalistas e dos Radialistas, contando com o apoio de algumas outras entidades, notadamente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia, começaram a atuar de forma sistemática para oferecer proteção e garantias aos profissionais de imprensa. Como resultado desse movimento, o último assassinato registrado foi em janeiro de 1998, quando mataram Manoel Leal, proprietário e editor do jornal *A Região*, que circula no sul da Bahia, principalmente em Ilhéus e Itabuna, sendo esse um dos principais veículos da imprensa no interior. Eu listo aqui, então, os 10 assassinatos, que vou deixar apenas no texto, com o Presidente da Comissão, e faço as considerações relativas ao envolvimento desses assassinatos com os grupos de extermínio. São 3 os casos de assassinatos que as entidades desconfiam estarem relacionados diretamente com a ação de grupos de extermínio, embora nenhum deles, até hoje, tenha sido esclarecido pela Polícia, e esses são justamente os que têm motivações mais evidentes. O primeiro caso que nós listamos, com clareza de envolvimento com grupo de extermínio, é a morte de Nivanildo Barbosa Lima, redator do jornal *Ponto de Encontro*, editado pela Igreja Católica, e colaborador do informativo *Movimento Popular*, do Município de Paulo Afonso, onde também era ele, Nivanildo, Vice-Presidente do PCdoB. Nivanildo, que não sabia



nadar, tinha 27 anos de idade e foi encontrado morto por afogamento em 22 de julho de 1995, na represa Paulo Afonso IV, sendo fortes as suspeitas de homicídio. Apesar de conduzir as investigações como sendo caso de suicídio, pois a autópsia deu asfixia mecânica por afogamento, a Polícia Civil concluiu tratar-se de morte natural, sem investigar outras prováveis causas. Em 26/10/98, a Juíza de Direito Maria Auxiliadora Sobral Leite decidiu pelo arquivamento do caso, por falta de provas. As maiores suspeitas são no sentido de que Nivanildo, que estava arrolado como testemunha de alguns crimes, foi assassinado por um grupo de extermínio composto por policiais da Bahia, Sergipe e Alagoas, Estados que fazem confluência com a cidade, a fronteira de Paulo Afonso. Na época, Nivanildo também estava colhendo informações para uma reportagem justamente sobre as ações de um grupo de extermínio comandado pelo Sargento Walter Leal Martins, da Polícia Militar da Bahia, suspeito de ser autor de mais de 20 assassinatos. O jornalista integrava o Movimento Ação Cidadania contra a Violência e pela Justiça. A pedido da SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa —, a ABI indicou 2 casos de assassinatos como emblemáticos de violência contra a liberdade de imprensa na Bahia. O primeiro foi o de Nivanildo e o outro o de Manoel Leal, em Itabuna. No ano de 2002, a jornalista Clarinha Glock, indicada pela SIP, foi a Paulo Afonso, onde fez investigações e relatório, do qual destacamos este trecho: *“Há quem diga que a morte de Nivanildo foi um aviso para a direção do jornal Ponto de Encontro”*, acredita o padre José Wilson Andrade, que atuou na Paróquia da Sagrada Família. Todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram críticas aos grupos de extermínio foram ameaçadas. A revista *Gazeta da Bahia* chegou a mencionar uma lista desses profissionais, que ficaram conhecidos como “os sentenciados”. Na lista, havia nome de jornalistas, radialistas, religiosos, sindicalistas — entre outros, o de Nivanildo. O *Ponto de Encontro* cumpria um papel de oposição, numa cidade em que a maior parte dos jornais e das rádios estava sob a influência do PFL. É o depoimento do padre Wilson Andrade: *“Nivanildo escrevia uma coluna de política e participava da discussão de pautas. Ele dizia que o jornal não podia ficar calado sobre o crime organizado, embora não escrevesse diretamente sobre isso”*, lembra o padre Wilson Andrade. Os jornalistas mais ameaçados foram Roberto Borges Evangelista, da *Rádio Cultura* e do *Jornal Opus*, que teve de fugir de Paulo Afonso para se manter



vivo; Luiz Ferreira de Brito, radialista que também fugiu da cidade; e Aníbal Alves Nunes, da revista *Gazeta da Bahia*, que sofreu 2 atentados e assim depôs. Depoimento de Aníbal Nunes: *“Todo crime que acontecia eu registrava, mas não divulgava os nomes de mandantes. Por isso ainda estou vivo. Eu divulgava sistematicamente, o que gerou a vinda de um grupo de Salvador, para fazer levantamento completo sobre os crimes, como matavam, como queimavam os corpos — eram crimes muitos semelhantes”*. Dois grupos rivais de exterminadores surgiram na região, um comandado pelo Sargento Martins e outro pelo Capitão Carvalho Lima, que chegou a ser Vereador e foi cassado. Esses grupos se desentenderam e começaram a denunciar a participação recíproca em mortes e roubos. Contou à SIP — Sociedade Interamericana de Imprensa — o Juiz Rosalino dos Santos Almeida, da 1ª Primeira Vara Cível de Paulo Afonso, que o Sargento Martins só foi preso porque uma testemunha de um dos crimes praticados por ele teve a coragem de depor em um dos inquéritos. E acrescenta o Juiz: *“O pessoal da igreja começou a levar, da Igreja Católica, começou a levar as vítimas para a Promotoria, e não para a Delegacia, de Polícia, porque a Polícia Civil e Militar tinha medo do sargento”*. Sem ter sido acusado pela morte de Nivanildo, o Sargento Martins terminou sendo julgado por 2 outros homicídios, condenado a 22 anos de prisão, e encontra-se hoje na cadeia. O Capitão Carvalho Lima morreu em um confronto muito mal explicado pela Polícia. Em junho de 2002, a Promotoria Pública pediu a reabertura do inquérito de Nivanildo, que pouco foi adiante. Em novembro do mesmo ano, a SIP questionou a Coordenadoria Regional da Polícia de Paulo Afonso, quando a mesma solicitou o prosseguimento das investigações, investigações essas que até hoje não foram concluídas. Ivan dos Santos Rocha é um outro caso claro de ação de grupo de extermínio, e este aqui talvez de forma bastante direta. Depois de mais de 5 anos de desaparecido, o jornalista e radialista Ivan Rocha, que na época tinha 34 anos de idade, foi dado como morto. O indício mais evidente do seu assassinato, no dia 22/04/91, foi 1 dos 9 esqueletos encontrados pela Polícia em um matagal nas imediações da cidade de Teixeira de Freitas. Os despojos foram identificados pela família de Ivan Rocha por causa de pedaços de vestimentas, incluindo uma meia e a camisa que ele usava na época do desaparecimento. Logo em seguida, a Polícia alegou o desaparecimento da



vestimenta e do esqueleto. Pouco antes de haver sumido, Ivan Rocha, jornalista combativo e que fazia muitas denúncias, divulgou pela rádio que havia preparado um dossiê sobre a atividade do crime organizado no extremo sul da Bahia, o qual pretendia entregar pessoalmente, no dia seguinte à declaração que ele fez sobre esse dossiê, ao Desembargador Mário Albiani, então Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, que estava em visita à região. A desconfiança mais forte é que o grupo de criminosos que ele denunciava tinha ligações com o então Deputado Timóteo Alves de Brito, então pertencente ao PRN. Mas logo em seguida ao caso de Ivan Rocha, ele, Timóteo Brito, aderiu ao carlismo. Na Comarca de Teixeira de Freitas, houve um arremedo de julgamento dos possíveis autores: Salvador Rodrigues Brandão Filho, Antônio Carlos Ribeiro e Domingos Cardoso dos Santos, sendo o primeiro assessor do Deputado Timóteo Brito e os outros 2 pertencentes à Polícia Militar. Em primeira instância, num dos 2 únicos julgamentos que houve dos 10 assassinatos relacionados com a morte do jornalista, os 2 primeiros indiciados foram condenados a 5 anos de reclusão, por seqüestro, enquanto que o terceiro foi absolvido. Os 2 condenados recorreram e, na segunda instância, foram absolvidos, justificando-se como falta de provas. O terceiro caso de morte de jornalista relacionado com grupos de extermínio foi o de Vítor Emanuel Lena. A onda de assassinatos desses 10 casos começou em Barreiras, em março de 1991, provavelmente no dia 24 de março, quando mataram, com 6 tiros, Vítor Lena, que tinha 32 anos de idade, era editor e proprietário do jornal semanário *Nova Fronteira*, cujo corpo foi encontrado no dia 26, depois de jogado no Rio de Ondas, na região de Barreiras. Conforme comentários generalizados, havia uma nítida interferência para que o crime não tivesse esclarecimentos, nem o inquérito devido, apesar de denúncias e cobranças feitas pelo Sindicatos dos Jornalistas, inclusive ao Governador do Estado, denúncias essas que nada resolveram. Na época do crime, nem a autópsia foi realizada, e sequer retiraram os projéteis que estava alojados no corpo da vítima, o que só aconteceu 5 anos depois, 5 meses depois. Dez cápsulas encontradas no local do crime desapareceram das provas do inquérito, segundo alegou a Polícia Civil. Há suspeitas de que o assassinato tenha sido cometido a mando de terceiros, com o envolvimento de policiais militares e civis. Sidney Marcello Campestrini, um dos sócios do jornal *Nova Fronteira*, de origem italiana,





depois de ter recebido ameaças de morte, voltou a morar na Itália, mas antes confidenciou a amigos estar convencido de que o assassinato de Vítor Lena teve o envolvimento de policiais de Barreiras envolvidas com o tráfico de drogas. Em depoimento na Associação Baiana de Imprensa, Vinícius Lena, um simples agricultor, pai do jornalista assassinado e seu assessor à frente do jornal, contou que houve irregularidades no inquérito presidido pelo então Delegado Regional Jairo Machado Mendes, o qual passou mais de 5 meses sem tomar qualquer providência, havendo suspeitas sobre o comerciante Dinossane Triaca, que ficou preso por 3 meses, e o policial Elso Caldas, que era auxiliar do próprio delegado que presidia o inquérito. O processo ficou arquivado por muitos anos, e depois, com a repercussão dos assassinatos de jornalistas, foi reaberto, no ano de 2000, portanto 9 anos depois. Ao mesmo tempo em que se deve assinalar a surpreendente interrupção dos crimes de morte contra jornalistas, tem-se a registrar igualmente que um outro fenômeno parece ser característica desses tempos de poder na Bahia. Superado já o tempo dos assassinatos, praticamente não foram feitos esclarecimentos sobre os crimes cometidos, quase sem punição para executores, e sem ter sido condenado qualquer mandante. A impunidade impera e é marcante na Bahia. Para se ter uma solução desses problemas — e aí a ABI aponta quais são esses problemas —, primeiro é a manipulação dos inquéritos policiais. O segundo ponto é que alguns desses processos ou inquéritos relacionados com a morte dos jornalistas são simplesmente esquecidos ou engavetados por autoridades. Terceiro ponto: nos casos em que há inquéritos concluídos, jamais são indicados executores e mandantes. O quarto e último ponto sobre essas causas seria o seguinte: Promotores e Juízes de Direito na Bahia preferem calar-se, omitir-se, por mais gritantes que sejam as falhas nos processos e nos inquéritos policiais. A ABI e entidades baianas ligadas aos meios de comunicação já propuseram ao Ministério da Justiça e à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal que, principalmente por meio da reforma do Poder Judiciário, sejam federalizados os crimes que atinjam a liberdade de imprensa, pois os mesmos não resolvem os casos de profissionais de comunicação, prejudicam apenas a liberdade dos veículos de comunicação, mas esses crimes ferem os direitos humanos, uma das prerrogativas a liberdade de informação do cidadão, que é de informar e ser corretamente



informado. Apesar de as entidades continuarem na luta para que se garanta a liberdade de imprensa na Bahia, a esperança é que também o tempo, inexorável em superar a capacidade de vida de potestades, termine por representar a solução mais definitiva. Sr. Presidente, eu tenho e trouxe aqui também imagens de duas reportagens de televisão, uma diretamente relacionada com os grupos de extermínio, que é uma denúncia feita numa matéria de televisão, que concorreu ao Prêmio OAB de Reportagem, ação dos grupos extermínios numa das cidades onde é mais evidente que isso está se acentuando, o Município de Santo Antônio de Jesus. E tenho uma outra matéria, que, se o Presidente conceder a apresentação, é a denúncia de um fato extremamente grave, a perseguição com a intenção de ser executado um advogado no extremo sul da Bahia, que levou 98 tiros. É uma matéria seguida da outra, porque todas as matérias são em seqüência. Se for possível...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - V.Exa. está autorizado a apresentar.

**O SR. AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ FILHO** - ... gostaríamos de apresentar.

*(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, enquanto o técnico possa operar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - A sessão está suspensa por 5 minutos.

*(Sessão suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Está reaberta a presente sessão.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Relator, Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar eu queria parabenizar o Dr. Agostinho pelo relato, que, como ele diz, é um relato que demonstra a situação de um Estado onde a violência contra a liberdade de imprensa é presente. A gente percebeu, como característica, na posição das autoridades com relação aos 2 casos, primeiro um dizendo que tudo foi feito e no final foi arquivado, mostrando a tese de que inquérito e processo ou não





se esclarece ou se arquiva. Por quê? Porque as autoridades também não vão atrás das provas. Então esse é um aspecto importante. O outro é a questão da manipulação, da manipulação das informações, uma coisa gravíssima. Quer dizer, até um jornalista que foi assassinado, desaparecido, encontraram depois o esqueleto, com vestígios de que era o Ivan, e depois roubaram o esqueleto. Isso é uma coisa emblemática, revelando como o poder político de um Estado tem a força para que esses crimes não sejam esclarecidos. Em segundo lugar, na relação que hoje é entregue, de 1996, temos os seguintes jornalistas que foram assassinados: Manoel Leal, do jornal *A Região*, de Itabuna, assassinado com 6 tiros no dia 14/01/1998; Ronaldo Santana, da *Rádio Jornal*, Eunápolis, com 4 tiros, em 09/10/1997; Sandoval Muniz Duarte, colunista social, em Juazeiro, no dia 18/08/1996; o Nivanildo Lima, jornal *Ponto de Encontro*, Paulo Afonso, ou seja, numa atitude de que... ou seja, ele foi afogado, afogamento no sentido de que podem tê-lo assassinado e colocado também nesse local, em 22/07/1995; João Alberto Ferreira Souto, *Jornal do Estado*, 19/02/1994, em Vitória da Conquista, com 3 tiros — terra do Deputado Guilherme Menezes; Roberto “Brindes”, jornal *O Regional*, 1995, Itabuna, a tiros; Eliés Antônio Alves Haun, o Bill Haun, do jornal *Tribuna de Itabuna*, 08/03/1994, Itabuna, com 6 tiros; José Machado Portinho, jornal *Folha do Povo*, 15/01/1992, Barreiras, com 2 tiros; Vítor Lena, jornal *Nova Fronteira*, 26/03/1991, Barreiras, com 6 tiros; e Ivan Rocha, *Rádio Alvorada*, desaparecido desde 22/04/1991, Teixeira de Freitas — depois o seu esqueleto foi encontrado, e desapareceu depois, de forma misteriosa. Eu, em homenagem, Sr. Presidente, aos Parlamentares da Bahia, passo a palavra aos Parlamentares da Bahia que aqui estão para fazer as indagações, depois retorno, como Relator, para fazer algumas indagações. Eu queria homenagear a Associação Baiana de Imprensa por essa luta que tem a associação para esclarecer essa ação do extermínio, essa ação de violência contra a liberdade de imprensa. Ao registrar o nome desses jornalistas aqui, nós também lembramos de jornalistas de vários outros Estados que também tiveram o mesmo fim, mostrando que não vão calar a voz da imprensa, não vão impedir que a liberdade de imprensa continue na sua luta. Mesmo que matem, outros continuarão. Hoje, aqui, o Dr. Agostinho Muniz representa todos aqueles que



aqui foram elencados e que não podem mais falar. Mas ele continua falando, e espero que por muito tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Guilherme Menezes.

**O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES** - Quero cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente Bosco Costa, e o Relator desta CPI dos Grupos de Extermínio no Nordeste, Deputado Luiz Couto, por essa fibra, por esse corajoso espírito de continuidade, persistindo nessa causa tão importante, não apenas para o Nordeste, mas para todo o nosso País. Isso é uma vergonha, esses grupos de extermínio, principalmente com a presença de integrantes policiais, como em muitos casos tem ficado patente. Quero cumprimentar o Sr. Agostinho José Muniz Filho, representando aqui a Associação Baiana de Imprensa, cumprimentá-lo pela sua coragem, pela sua grande responsabilidade de cidadão, cumprimentar a todos, e dizer que inicialmente eu vou ler 3 perguntas deixadas aqui pelo Deputado Luiz Alberto, membro titular desta Comissão, que teve que se ausentar. Ele me pediu para que eu lesse essas perguntas para ele. Primeiro ele justifica que, devido ao grande número de crimes cometidos por grupos de extermínio no Estado da Bahia, muitos jornalistas vivem sob ameaça constante de policiais civis e militares, além de outras pessoas associadas a grupos de extermínio que tentam desestimular a divulgação das práticas delituosas cometidas contra cidadãos comuns. Além disso, o assassinato de muitos jornalistas que insistem em denunciar as ilegalidades se faz cada vez mais presente na rotina da profissão do jornalista. É de se ressaltar que o jornalismo ocupa papel central na divulgação dos abusos cometidos, e que a intimidação incisiva por parte dos grupos de extermínio aos profissionais da área interfere no acesso à informação a todos os cidadãos. Primeira pergunta. Nas Capitais, a relação da imprensa com as autoridades policiais é uma; em cidades do interior é a mesma? Ele pergunta ao Sr. Agostinho Muniz. Isso não influiria no momento de colocar a opinião pública contra ou a favor da ação dos grupos de extermínio? Segunda pergunta do Deputado Luiz Alberto. Em algumas cidades, como Santo Antônio de Jesus, há relatos de que veículos de comunicação são parciais em relação à atuação dos grupos de extermínio. A Associação Baiana de Imprensa tem conhecimento desses fatos? Tem tomado alguma providência? Há



algum dispositivo legal, além do Código de Ética dos Jornalistas e do Código da ABERT, que possa coibir essas práticas? Terceira pergunta, e última: o senhor tem dados de que o fato de alguns jornalistas e veículos reportarem a atuação dos grupos de extermínio tem constituído fator de risco ou de ameaças? Essas foram as perguntas deixadas pelo nobre Deputado Luiz Alberto, membro titular desta Comissão. Eu gostaria, para finalizar, Sr. Presidente, senhoras e senhores, de dizer que é muito triste o que vem acontecendo no Estado da Bahia. Somente este ano, até o mês passado, Sr. Agostinho, 12 jovens entre 12 e 18 anos foram assassinados em Vitória da Conquista. Crianças. Houve inclusive uma audiência pública, com presença de várias autoridades, do próprio Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, de autoridades policiais. Fica apenas aquela grande pergunta: por que isso está acontecendo? É claro que são crianças pobres, como vimos no Município de Santo Antonio de Jesus. Eu estive lá, acompanhando o Deputado Luiz Couto e o Deputado Geraldo Thadeu, numa audiência pública, antes inclusive da ida da Relatora da ONU. Naquele mesmo dia, o Deputado Luiz Couto, conosco, inclusive com representantes da Secretaria Especial de Direitos da Pessoa Humana, estivemos lá na governadoria. Estava presente o Vice-Governador, que, por fim, concordou com o fato de que há grupos de extermínio no Estado da Bahia. Dias depois, naquela oportunidade, em Santo Antonio de Jesus, já havia o registro de 42 desaparecimentos de jovens. Parece que o crime mais grave apontado para esses jovens foi o furto de uma bicicleta, e todos os 42 desapareceram completamente. Apenas num desses casos, narrou o pai, o Sr. Paulo, que, tempos depois do desaparecimento de seu filho único, jogaram um crânio humano no quintal, isso para mostrar a absoluta certeza de impunidade e o verdadeiro deboche com o sofrimento alheio. Esse fato foi narrado. Inclusive o Gerson Jesus Gomes estava naquela reunião, onde estava o Deputado Luiz Couto e eu, e ele não estava encapuzado — todos os outros estavam encapuzados —, porque ele estava ali apenas para dizer o que todo mundo já sabia, que o irmão tinha sido desaparecido. Depois da visita da Relatora da ONU... Ele teve a infelicidade de prestar esclarecimentos a ela. Logo depois, como um desrespeito ao próprio Governo Federal, porque ela estava aqui a convite, e aquela organização internacional, eles assassinaram o rapaz, assim da forma também mais acintosa. Quero, portanto,



parabenizar V.Sa., que representa aqui a Associação Baiana de Imprensa, dizendo do papel insubstituível que a imprensa faz, a boa imprensa, a imprensa corajosa, a imprensa responsável, apesar de todos os riscos, porque é uma forma de punição quando coloca os nomes dessas pessoas, principalmente aquelas que fazem parte dos quadros da Polícia, que são servidores públicos que ganham para assegurar o mínimo de garantia às pessoas e estão praticando justamente o contrário: se tornam verdadeiras feras, verdadeiros assassinos, matando a mando de grupos. Muitas vezes, como em Santo Antonio de Jesus, algumas pessoas chegaram a denunciar que eram grupos de comerciantes que não queriam ver aquelas crianças ali na porta de seus estabelecimentos, afastando a clientela. Mas por fim — eu cheguei já do meio para o fim do relato — eu queria parabenizar V.Sa. pela coragem, pelo nível de compromisso e por muito que tem prestado à imprensa baiana e, muito mais do que isso, à própria segurança de nosso Estado. Há uma consciência crítica a respeito de uma tomada de posição que toda a população tem que ter.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Sa.

**O SR. AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ FILHO** - É com muito prazer que eu respondo às perguntas do Deputado Luiz Alberto, companheiro dos primeiros momentos na Bahia, de lutas no Conselho Estadual de Direitos Humanos, evidentemente representando a oposição naquele Conselho, e com muito mais prazer ainda porque vindas através do ilustre Deputado Guilherme Menezes, a quem eu admiro a distância pela gestão lá em Vitória da Conquista e agora como Parlamentar também. Vou começar a responder pelo final do questionamento, sobre essa coragem que às vezes os profissionais de comunicação demonstram ter — porque correm risco diariamente. Houve um caso em Vitória da Conquista com um jornalista que o Deputado Guilherme Menezes conhece muito bem, Jeremias Macário, que é da sucursal do jornal *A Tarde*. Ele estava fazendo algumas matérias de denúncia contra as práticas ilegais do então Delegado de Polícia Wilson Feitosa, e, num debate numa das emissoras de rádio de Vitória da Conquista, o delegado foi se aborrecendo e, a certa altura, virou para Jeremias e disse: “*O senhor tem muita coragem, né? Para fazer essas denúncias assim, o senhor é corajoso demais*”. E ele respondeu: “*Não, delegado, eu sou muito medroso, estou vivo até hoje porque tenho medo*”. No caso das denúncias que a ABI tem feito e encaminhado, tanto em nível



estadual como nacional e internacional — com esse fato que ocorreu, a gente constatou que, a partir de 1996, a violência cresceu muito —, a ABI resolveu seguir uma linha: toda matéria de denúncia contra violência feita através dos veículos de comunicação, de forma que a ABI pudesse endossar, então encaminharia para as autoridades, para pedir providências, para pedir proteção, para, enfim, dar conseqüência às denúncias divulgadas. Então, os policiais que eu cito aqui, eu estou citando não como caso novo, mas o que já foi divulgado. Não tenho comprometimento com novas denúncias, e sim com aquelas que já são do conhecimento de todos. A violência na Bahia, ela teve essa fase realmente de muita dureza, agora, tem um outro aspecto, que está na primeira pergunta do Deputado Luiz Alberto, que eu gostaria de responder, que é o que acontece na Capital, o que acontece em Salvador e o que tem acontecido, vem acontecendo no interior do Estado. A gente sabe — o Deputado sabe muito bem — que uma das maiores violências contra a liberdade de imprensa que está se praticando em Salvador é a suspensão, a discriminação publicitária, e não apenas a discriminação publicitária por parte do Governo do Estado contra o maior veículo de comunicação impresso da Bahia, que é o jornal *A Tarde*, que desde 1998 não recebe nenhuma publicação oficial do Governo, nem matéria promocional nem aquelas matérias obrigatórias que o Governo do Estado tem de transmitir para a sociedade. Os leitores — essa era a tese do professor Josafá Marinho —, os leitores do jornal *A Tarde* ficam sem a informação que o Governo deveria passar, teria a obrigação de passar através do jornal. Aí é que está um verdadeiro delito de administração pública. Mas, além disso, existe uma outra prática, que é a pressão econômica contra os anunciantes — econômica e fiscal —, contra os anunciantes dos veículos de comunicação — rádio, jornal e televisão — que não se submetem ao poder político do Estado. Mas eu tenho que fazer também aqui uma ressalva para justificar um fato: o atual Governador do Estado, Paulo Souto, ele não demonstra em momento algum conivência com essas práticas ilegais — a verdade é essa —, embora a queixa principal que a gente faz hoje, apresenta ao Governador constantemente, seja o fato de que nenhum dos crimes foi investigado devidamente, muito menos os processos têm tido andamento. E aí a gente conclui o seguinte: crime praticado contra a liberdade de imprensa, onde haja necessidade de investigação policial pelo aparato



policial do Estado, não vai para a frente, porque são crimes relacionados com o poder local. E só existe uma alternativa para isso, principalmente nos casos dos assassinatos: é a Polícia Federal fazer a investigação, porque ficam todos incompletos. O único caso de assassinato na Bahia em que a investigação foi feita paralelamente, de forma até que a gente não sabe como justificar isso do ponto de vista legal... mas a Polícia Federal investigou o assassinato de Manoel Leal e indicou os 3 suspeitos da execução, só não indicou o mandante, que a cidade lá sabe quem foi, comenta-se, há o boato. Bom, essa é a grande diferença entre a Capital e o interior. O interior sofre muito mais pressão, perseguição política e discriminação de quem não concorda com o poder dominante local, quase todo ele espalhado pelo Estado de uma forma avassaladora. Agora, quanto à segunda questão, se os veículos de comunicação são parciais em relação à atuação dos grupos de extermínio, eu acredito que não, em cidades do interior, eu acredito que não. O que há realmente é a falta de proteção. O jornalista que tem uma informação de um delito praticado, sobretudo quando envolve policiais civis e militares, e é uma prática muito comum no Estado... Me fizeram a advertência de que eu não acusasse nunca a Polícia Civil ou a Polícia Militar, mas são policiais, são integrantes da Polícia. Então, quando há esse envolvimento, porque eles têm uma atividade marginal, e, evidentemente, eles jamais se apresentam em nome dessas instituições, então há falta de cobertura, o jornalista não se sente seguro. Ele às vezes evita divulgar mesmo informação importante para a sociedade, sabendo que por trás tem grupo organizado, que o crime mesmo é violento. Eu vou citar um caso aqui que me foi revelado por um jornalista da cidade de Jequié. Não vou dizer o nome porque até hoje ele corre algum risco, é um radialista. Ele disse que estava fazendo uma série de denúncias na rádio, num programa, sobre roubo de carros, quadrilhas de roubo de carros na região de Jequié. E ele começou, apenas no início, a revelar alguns fatos, algumas situações em que a Polícia tinha conhecimento de que a quadrilha estava agindo, mas a Polícia não ia lá... E insinuou que a Polícia Civil sabia quem eram os integrantes dessa quadrilha. Ele disse o seguinte: *“Um dia, pela manhã, eu estava em casa, um policial parou o carro na minha porta, abriu a mala do carro com duas pessoas metralhadas, completamente ensanguentadas”*. Ele chamou o radialista e disse: *“Você está dizendo aqui que a gente não age contra*





os marginais? Olha aqui. Isso é uma prova de que nós podemos agir. Agora, fique você sabendo que a gente age na hora que for preciso e achar conveniente". Ele disse: "Você está me ameaçando?" Ele disse: "Não, não estou lhe ameaçando, não. É só pra lhe mostrar que nós temos força". Ora, é evidente que isso, quando chega a esse ponto... É uma coisa que a gente não pode esperar: que radialista, que jornalista tenha coragem de usar a liberdade de imprensa. Não há liberdade de imprensa nessas circunstâncias. A terceira pergunta é a questão de... depois de fazer as denúncias, sobre a ação de grupos de extermínio, o que acontece com o jornalista, o profissional de comunicação. Eu chamo a atenção também para esse fato, de que é o profissional de comunicação, para incluir os radialistas. E admitir que é o seguinte: os radialistas do interior da Bahia — e lá tem 145 emissoras de rádio AM e FM —, eles correm muito mais risco do que os jornalistas. Os jornalistas, de qualquer jeito, quando há qualquer ameaça, qualquer pressão, eles sabem, tem uma proteção mais imediata, mas os radialistas, por causa dessa prática do dia-a-dia... E a gente vai reconhecer também, tem de reconhecer, tem reconhecido, porque, às vezes, o radialista, pelo imediatismo com que ele tem de apresentar a informação, ele avalia menos e, conseqüentemente, ele termina fazendo às vezes denúncias que não estão bem fundamentadas, denúncias que envolvem pessoas que não estão envolvidas. Enfim, acontecem injustiças e, além da injustiça, a questão também da ética profissional, que não é muito observada. E lá nós temos uma luta constante, tanto a Associação Baiana de Imprensa quanto o Sindicato dos Jornalistas e dos Radialistas, para cobrar dos profissionais uma responsabilidade maior nesse tipo de jornalismo de denúncia, de sensacionalismo às vezes, de querer assim dar uma atenção maior, despertar uma atenção maior para os seus programas de rádio porque... Agora mesmo — o Deputado Guilherme Menezes deve estar informado —, no dia 29 de maio passado, sábado passado, houve um atentado contra... Primeiro um ato de violência no Município de Mata de São João. Um grupo político que ocupava um horário na rádio — agora me foge o nome da rádio, mas uma rádio de Mata de São João —, quando o locutor estava apresentando o programa no ar, a rádio foi invadida e ele, espancado violentamente. Quebraram a aparelhagem da rádio. E, logo em seguida, de madrugada, na madrugada de sábado para domingo, o outro grupo invadiu a rádio e explodiu as



instalações da rádio. Esse caso está correndo lá. É um grupo de briga política. Mas, na medida em que atingiu um veículo de comunicação social, a Associação Baiana de Imprensa teve de sair em defesa da emissora de rádio, porque a gente não suporta mais esse tipo de violência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Esta Comissão agradece a participação a V.Sa., mas temos um Regimento a cumprir. O Presidente da Casa está determinando que a gente encerre os trabalhos da Comissão. Eu passo a palavra a V.Sa. para que faça as considerações finais. Volto a registrar a importância, Deputado Luiz Couto, Srs. Deputados aqui presentes, senhores que trabalham na CPI... Eu tenho dito que esta Comissão, ela não precisava apenas de 60 dias ou 120 dias. Esta Comissão, ela precisava de um prazo de 4 anos para atuar em todo o Brasil, em virtude dos números dos crimes, dos grupos de extermínio, dos crimes que não são desvendados e os verdadeiros culpados estão aí livres e soltos. Mas, infelizmente, eu posso dizer que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, se não der continuidade a esse trabalho, vai ficar devendo muito à sociedade, vai ficar devendo muito ao povo brasileiro, porque é o que o V.Sa. falou, registrou, e está aí registrado, que as autoridades competentes jamais têm interesse em acabar com esses grupos de extermínios não é só no Nordeste, em todo o Brasil. Mas passo a palavra a V.Sa. Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto. Depois V.Sa. faz as suas considerações finais.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Agostinho Muniz, pelo que nós verificamos aqui, os três casos emblemáticos, o caso do Nivanildo Barbosa Lima, ou seja, o que aconteceu, o resultado final: impunidade. Parece ser a palavra-chave, porque aqueles que matam ou aqueles que mandam sabem que vão continuar agindo porque a impunidade reina. Isso é uma característica. Segundo é que os mandantes são lideranças políticas com influência no sistema de poder do Estado. Essa é outra característica. Depois os mandantes executores: policiais civis e militares, que têm o poder, que têm a informação, que comandam os inquéritos, que são responsáveis para, ou seja, trazerem as provas. Como é que vão fazer se são eles próprios que estão executando? Depois o fato é de que as mortes aconteceram porque os jornalistas denunciaram e dizia do Poder Público ou então sobre o crime organizado, com envolvimento de policiais. Parece que essa é uma característica



em todos os crimes. E aí o senhor colocou que hoje, ou seja, o número de mortes pode não ter diminuído, mas, ou seja, o que acontece: manipulação na fase de apuração de inquéritos de processos. Processos e inquéritos são simplesmente esquecidos, engavetados por autoridades menores. E essas autoridades menores não tiveram qualquer punição. Fazem isso e, quando denunciadas, as autoridades maiores nada fazem para punir aquelas autoridades menores. Sabem que podem continuar aí que tem costas largas, que tem proteção. Depois esse fato de que alguns inquéritos são concluídos, mas nunca indicam nem executores nem mandantes. Você tem lá a vítima. Em alguns casos, a vítima desapareceu e, quando aparece o esqueleto, o esqueleto é desaparecido; balas que foram usadas para matar também desaparecem do processo. Provas desaparecem e nada acontece. E o outro aspecto que o senhor chamou atenção são que promotores e juizes preferem calar-se por mais gritantes que sejam as falhas dos inquéritos. Nós tivemos aqui o caso da Juíza de Juazeiro, que depois foi para Cruz das Almas — tem o caso de Paulo Afonso — mostrando que quando alguém não se cala a reação é patente. E o atentado que aconteceu lá é de 50 policiais que metralharam a casa, e que aqui veio o comandante dizendo que ali foi uma ação de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Busca.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - De busca de arma na casa da juíza. Então, eu queria dizer que efetivamente o seu relato ele expressa tudo aquilo que acontece também em outros Estados, ou seja, mostrando que nós temos que continuar essa ação. E o senhor levantou a questão dos radialistas. De fato tem aqueles espalhafatosos que fazem aquelas denúncias, mas também, quando esses denunciam... Teve o caso na minha..., na divisa Pernambuco/Paraíba, onde ele fazia um programa policial, só que ele começou a falar depois das pessoas que estavam sendo eliminadas, exterminadas. Num dia desses, ele foi assassinado. Mesmo aqueles que fazem a chamada imprensa sensacionalista também são assassinados, quando tocam na ferida do crime organizado.

**O SR. AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ FILHO** - Bom, quero agradecer a esta Comissão, particularmente ao seu Presidente, Deputado Bosco Costa, em nome do Presidente da Associação Baiana de Imprensa, o jornalista Samuel Celestino, que, por compromissos profissionais, não pôde comparecer. E eu venho aqui como



representante da entidade. Acredito também que esta ação da Câmara dos Deputados, através desta Comissão, surte um efeito imediato, porque ela mostra como as diversas instâncias da sociedade estão preocupadas já com esse tipo de problema, que é histórico no Brasil, não vem de hoje. A violência contra a liberdade de imprensa nos faz pensar 2 vezes, no exercício da profissão, sobre o risco que corremos no dia a dia. Quanto a esses comentários do Deputado Luiz Couto, que eu também agradeço, porque é um reforço muito grande para a gente mostrar que o quadro da Bahia, hoje, mesmo que não tenha a benevolência do Governador do Estado com os que agem violentamente contra a liberdade de imprensa, mas o quadro não mudou o histórico das últimas décadas, há quase 50 anos, que é a impunidade. Então, enquanto persistir essa situação, acredito que nós vamos ter de lutar muito para defender a liberdade de imprensa e para oferecer as garantias mínimas aos profissionais da comunicação. Eu agradeço e fico sensibilizado por esta oportunidade da Associação Baiana de Imprensa estar aqui presente na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência agradece a V.Sa., com a certeza de que a imprensa, a Associação de Imprensa da Bahia está dando uma grande contribuição ao Estado da Bahia, não só ao Estado da Bahia, mas ao Brasil. E os senhores que fazem a imprensa, que têm um grande papel no desenvolvimento da informação, porque a informação é muito importante para que as pessoas saibam o quanto é importante a informação através do rádio, através de jornais. Tenho certeza de que esta vinda de V.Sa. a esta Comissão contribuiu muito para que, no encerramento, no relatório final, as autoridades competentes possam chegar na Bahia e, *in loco*, focalizar esses bandidos, esses grupos de extermínio que atuam não só na Bahia. Porque quando existe grupo de extermínio na Bahia, muitas das vezes é em conexão com Minas, com Sergipe, com Alagoas, com Pernambuco, com todo o Brasil. Mas esta Comissão agradece, parabeniza o Deputado Luiz Alberto pela iniciativa do requerimento. Declaro encerrada a presente sessão. Mais nada havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes informo que estão marcadas as seguintes viagens da Comissão para a realização de audiências públicas: dias 7 e 8 de junho, no Estado do Ceará; e dias 14 e 15 de junho, no Estado da Paraíba. Está encerrada a presente sessão.